



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. Informações básicas do ETP

1.1. Processo Administrativo nº 23479.002810/2024-65.

2. Descrição da necessidade da contratação

- 2.1. O presente documento manifesta a necessidade de **construção do CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO CAMPUS DE RONDON DO PARÁ DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA.**
- 2.2. Destaca-se que a Unifesspa é considerada uma instituição de ensino relativamente nova (criação em 2013), pois possui apenas 10 (dez anos). No campus de Rondon do Pará, mais especificamente, a universidade finalizou a sua primeira construção apenas no ano de 2018, sendo o único prédio construído pela universidade, os demais anexos existentes ainda são precedentes da doação do terreno.
- 2.3. Considerando a expansão da oferta de cursos universitários na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará entre os anos de 2014 e 2023, e a previsão da oferta de novos cursos de graduação, faz-se necessária a construção de novas instalações para provisão de alimentação, serviços acadêmicos e espaços de apoio logístico no campus de Rondon do Pará da Universidade; o referido Campus possui poucos espaços disponíveis, sendo necessários espaços para alimentação, convivência e higiene pessoal à alunos, servidores e equipe terceirizada.
- 2.4. Apesar do grande crescimento na oferta de cursos universitários, inexistem espaços previstos nas construções recém-inauguradas ou em andamento, no Campus de Rondon do Pará, para alimentação e socialização da comunidade acadêmica.
- 2.5. Edificação com 275,10 M², a qual, tecnicamente, trata-se de uma construção do tipo convencional, térrea, com materiais de fácil aquisição no mercado local, diminuindo-se o consumo de recursos por energia no deslocamento associado ao ciclo de vida dos materiais especificados em projeto.

3. Setor Requisitante

Setor(es) Requisitante(s):
Divisão de Obras e Projetos - Diop
Servidor(es) responsável(is) pelo(s) Setor Requisitante(s):
Douglas Martins Sousa

4. Descrição dos requisitos da contratação

- 1.1. O projeto a ser desenvolvido atenderá a uma demanda do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará por um espaço de alimentação, convivência e serviços.
- 1.2. A Disponibilidade orçamentária é requisito determinante para que a contratação seja realizada.
- 1.3. A contratação da construção dar-se-á por meio de licitação, do tipo menor preço global, de modo que o desconto máximo admitido por Lei seja aplicado em todos os itens da planilha orçamentária.
- 1.4. Do mesmo modo, apesar da contratação ser do tipo menor preço, a empresa a ser contratada deve garantir a exequibilidade dos preços propostos, conforme determinará o projeto básico e edital de contratação.



- 1.5. Nos documentos de chamamento deverão ser elucidadas todas as informações necessárias para que a proponente contratada cumpra todas as suas obrigações, a exemplo:
 - 1.5.1. Executar o contrato conforme especificações do Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Projeto Básico e na proposta;
- 1.6. Garantir qualidade do serviço prestado à Universidade, de modo a minimizar a necessidade de manutenção posterior a entrega do objeto do contrato e, consequentemente, desonerar o serviço público por recursos humanos e materiais para retificações.

5. Levantamento de mercado

- 5.1. Não se aplica ao contexto de contratação de obras públicas.

6. Descrição da solução como um todo

- 1.7. Diante da limitação orçamentária da necessidade de consolidação física em todos os campi sediada, o melhor modo de disponibilizar novos espaços para a infraestrutura da universidade deve se adequar as seguintes características:
 - 6.1.1 Na etapa de concepção, o projeto deverá atender aos requisitos das Normas Técnicas Brasileiras para o dimensionamento de estruturas e instalações elétricas, hidrossanitárias, de acessibilidade e de segurança das edificações;
 - 6.1.2 Solução do tipo convencional, térrea, com materiais de fácil aquisição no mercado local, diminuindo-se o consumo de recursos por energia no deslocamento associado ao ciclo de vida dos materiais especificados em projeto;
 - 6.1.3 Estrutura leve, sem laje de cobertura ou piso, de modo a minimizar o dispêndio de recursos com a execução de fundações profundas e superestruturas mais robustas;
 - 6.1.4 Padronização de revestimentos como cerâmicas, porcelanatos e pinturas, de dimensões de esquadrias e racionalização de recursos hidrossanitários, por meio da aproximação, em projeto, de espaços que demandarem a utilização de água fria e esgoto tais como cozinhas, copas, banheiros, e depósitos de materiais de limpeza;
 - 6.1.5 Contratado o objeto, o serviço deverá apresentar garantia, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 119 da Lei nº 14133/2021 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90;
 - 6.1.6 Demais características técnicas da construção encontrar-se-ão no Caderno de Encargos ou Memorial Descritivo de projeto.

7. Estimativas das quantidades a serem contratadas

- 1.8. Os quantitativos de serviços a serem contratados serão estimados mediante cálculos realizados pela equipe multiprofissional da DIOP/SINFRA sobre os projetos executivos de arquitetura e complementares.

8. Estimativa do valor da contratação

- 1.9. As pesquisas de preço dos itens que não constarem nas referências de preços oficiais - SINAPI/PA E SEDOP -, deverão ser realizadas conforme o estabelecido na Instrução Normativa nº 05/2014-SEGES (revogada pela Instrução Normativa nº 73/2020-ME).



1.10. O Valor total estimado para a contratação é de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais).

9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

1.11. Para o porte e o objetivo de obra, não se aplica o parcelamento da solução.

1.12. Para a modalidade de licitação, não se aplica a utilização de SRP.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

1.13. A aquisição objeto deste documento não requer outras contratações para sua execução.

11. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento

1.14. Embora não tenha vinculação com meta específica do PDI, a construção do Centro de Convivências, proposta neste estudo, é de grande utilidade para a manutenção das atividades já desenvolvidas pelo ICSA/Unifesspa, e está indiretamente relacionada com o PDI relativamente aos objetivos de números 06 (Fortalecer e diversificar as iniciativas de assistência e integração estudantil visando à permanência dos discentes, mobilizando todas as áreas da Unifesspa) e 10 (Ampliar e adequar a estrutura e a infraestrutura física e tecnológica, com critérios de acessibilidade e sustentabilidade, para garantir o pleno funcionamento da Unifesspa).

1.15. Desde o ano de 2019 a demanda a ser contratada é realizada através do Plano Anual de Contratação (PAC), nos termos da Instrução Normativa nº 01/2019 – Unifesspa.

1.16. A contratação objeto deste processo faz parte das ações do planejamento estabelecido pela Diretoria de Compras, Contratos e Convênios – DCO constantes do Calendário de Contratações e PAC (Plano Anual de Contratações) **2024** da Unifesspa.

1.17. A demanda está contemplada no Plano Anual de Contratações da Unifesspa – PAC 2024 e devidamente registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, nos termos da Instrução Normativa nº 01/2019 – Unifesspa.

11.1. As quantidades informadas neste Estudo Técnico serão suficientes para atender as necessidades da unidade acadêmica requisitante do campus de Rondon do Pará da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, tomando como parâmetro básico os quantitativos estimados na proposta orçamentária para o exercício de 2024, conforme demandas registradas no Plano Anual de Contratações.

12. Resultados pretendidos

1.18. A contratação do objeto deste estudo se faz necessária para dar suporte a permanência de alunos dos cursos ofertados pelo ICSA/UNIFESSPA, fomentar a convivência e interações sociais e acadêmicas do instituto, enquanto disseminador de ensino, pesquisa e extensão no Campus de Rondon do Pará.

1.19. Este suporte se dará por meio da oferta de espaço para alimentação, higiene pessoal, convivência e serviços de suporte a infraestrutura, técnicos e professores que estudam ou trabalham nos cursos que funcionam no campus de Rondon do Pará.

1.20. A contratação se mostra necessária para o bem-estar da comunidade acadêmica de modo geral, diminuindo a necessidade de longos deslocamentos entre o *campus* e o centro urbano de Rondon, consequentemente, impactando positivamente sobre a execução das atividades administrativas e acadêmicas.

13. Providências a serem adotadas

1.21. Levantamento in loco da área disponível para a execução da obra para o correto desenvolvimento do projeto.

1.22. Planejamento de conexão física por meio e calçadas acessíveis entre os prédios do Bloco de Jornalismo, Bloco Multiuso de Sala de aulas e as futuras instalações do Centro



de Convivências, para o adequado funcionamento da edificação.

14. Possíveis impactos ambientais

- 1.23. No descarte das embalagens poderão ocasionar um grande volume de lixo a ser descartado. Para minimizar esses danos é necessário que haja uma gestão de resíduos de canteiro de obras consistente por parte da Contratada.
- 1.24. Para os serviços que incorporem alguma atividade de fabricação ou industrialização enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.
- 1.25. Todo o material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na IN no 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida instrução.
- 1.26. A Contratada deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN 01/2010, mediante apresentação de Declaração, reconhecida em cartório, no ato da assinatura do contrato.
- 1.27. A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010; da Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.
- 1.28. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 1.29. No caso de uso de madeira, esta deverá ser de reserva ambiental autorizada pelo IBAMA, (ter Documento de Origem Florestal - DOF, conforme IN nº 112 de 2006 e orientações da Instrução Normativa nº 187 de 2008, ambas do INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS).
- 1.30. A Contratada deverá também dispor e apresenta o Certificado de regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em nome do fabricante dos produtos ofertados.
- 1.31. Conforme o dispositivo da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5 do MPOG, para aceitação da proposta a empresa deverá prever adoção das seguintes práticas de sustentabilidade no fornecimento do material e execução dos serviços, quando couber:
 - 1.31.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - 1.31.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - 1.31.3. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
 - 1.31.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima do recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd),



bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs).

1.32. Ressalte-se que foram observadas as regras contidas no Decreto nº 7.746 de 2012, no que é cabível.

15. Posicionamento conclusivo sobre a contratação

1.33. Esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

Em, 26 de abril de 2024.

Responsáveis pela elaboração dos ETP	
Nome: Douglas Martins Sousa	
Siape: 2361645	Cargo: Chefe da Divisão de Obras e Projetos
Nome: Sarana Castro Demoner	
Siape: 3112052	Cargo: Coordenadoria de Gestão de Obras e Projetos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO
E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 08/07/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 22/2024 - DIOP (11.01.45.25)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/07/2024 15:26)

DOUGLAS MARTINS SOUSA

CHEFE DE DIVISAO

2361645

(Assinado digitalmente em 09/07/2024 09:02)

SARANA CASTRO DEMONER

ENGENHEIRO-AREA

3112052

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifesspa.edu.br/documentos/> informando seu número: **22**, ano: **2024**, tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **08/07/2024** e o código de verificação: **3143164563**